

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**

CAMPUS FARROUPILHA

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

**ADRIELE REINALDO DE FARIAS, AMANDA ARIOTTI ARSEGO, EDUARDA
RODRIGUES, FILIPE GHENO, GUILHERME MINOSSI AVELAR, LUÍSA THUMS
SILVESTRIN E MORGANA SALVADOR DE ALMEIDA**

Prof.^a Dra. Cinara Fontana Triches

A ALIMENTAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Farroupilha, RS

2023

Resumo: A pesquisa realizada analisa a relevância da nutrição escolar no município de Farroupilha/RS, com enfoque nas implicações para o desenvolvimento e aprendizado de crianças e adolescentes. O estudo situa a problemática da fome no contexto brasileiro, identificando raízes históricas profundas e destacando a discrepância entre as respostas governamentais à fome e à pandemia de COVID-19. Por meio de uma análise histórica e legislativa, mapeou-se a evolução das políticas públicas de alimentação escolar, com ênfase no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955. Além disso, são exploradas as repercussões da subnutrição e da falta de uma alimentação adequada no ambiente escolar no processo de ensino-aprendizagem. Entrevistas com profissionais da educação ressaltam a importância dos programas de alimentação escolar em âmbito municipal, estadual e federal, enfatizando a necessidade de aderência rigorosa às diretrizes do PNAE e da fiscalização constante para assegurar a qualidade das refeições oferecidas aos estudantes. Este estudo sublinha o papel crucial da alimentação escolar no desenvolvimento das novas gerações, enfatizando a urgência de investimentos adicionais e a promoção da educação alimentar como medidas fundamentais para combater a insegurança alimentar e promover um ambiente propício ao aprendizado nas escolas.

Palavras-chave: Alimentação escolar, nutrição, insegurança alimentar.

1 INTRODUÇÃO

As crianças e os adolescentes são mais suscetíveis a apresentar desequilíbrios nutricionais, devido ao aumento das suas necessidades energéticas e de nutrientes, em função do seu acentuado desenvolvimento físico.

Deste modo, a disponibilização de alimentos saudáveis e nutritivos nos ambientes escolares mostra-se de extrema importância para o desenvolvimento adequado dos alunos em fase de crescimento. Entretanto, existem algumas questões que tornam esse aspecto um tanto mais complicado quando analisado ao fundo.

Alguns fatores influenciam nos hábitos e escolhas alimentares nesse período, tais como valores socioculturais, situação financeira familiar, alimentos consumidos fora de casa, aumento de consumo de alimentos semi preparados e disponibilidade de alimentos.

1.1 “*A Geografia da Fome*”, de José de Castro

Para possibilitar o entendimento sobre a importância da alimentação escolar no cotidiano das crianças e adolescentes, primeiro é preciso entender a fome, pois ambas as temáticas estão entrelaçadas. Primeiramente, acerca da fome, destaca-se a pouca bibliografia desenvolvida ao longo do tempo que consiga retratar essa temática, ao mesmo tempo em que pode-se pensar em alguns assuntos como guerras, sistemas econômicos, teorias filosóficas e outros, que às vezes nem é perceptível o momento exato em que a discussão foi iniciada, pois já estão difundidos que, historicamente, essa origem se perde. Entretanto, acerca da fome, principalmente no Brasil, o principal precursor – não foi o primeiro, mas quem deu origem a uma discussão sólida e com uma real capacidade de compreender os motivadores – foi o médico José de Castro, com o livro “*A Geografia da Fome*”.

A maneira como o autor retratou essa questão no território brasileiro não foi simplória, como muito fora retratada anteriormente, pois ele conseguiu realizar uma pesquisa extensa de maneira que mapeasse a ocorrência da fome no Brasil, dividindo o país em três “área da fome”:

- 1) Áreas endêmicas: trata-se do nordeste açucareiro e da região amazônica, com uma fome permanente devido a diversos fatores climáticos e geográficos;
- 2) Áreas epidêmicas: compreende o sertão nordestino, com crises de fome severas quando há seca, mas passageiras em épocas de chuva;

- 3) Áreas de subnutrição: as regiões sul, sudeste e centro-oeste, onde a fome não é tão severa, mas existente.

1.2 A fome no Brasil

Para possibilitar o entendimento da origem da fome no Brasil, é preciso, em primeiro momento, compreender a concepção desse território como uma colônia de exploração, determinada pelos colonizadores portugueses há mais de 500 anos. Sendo assim, a herança deixada para o povo brasileiro pelos colonizadores é a de um país que fundou-se exclusivamente para ser explorado – um “almoxarifado” dos países europeus.

Pode-se afirmar que essa herança ultrapassa os limites temporais e acompanha o povo até os dias e hoje, pois de um lado tem-se um país onde o setor primário possui a segunda maior participação no Produto Interno Bruto (PIB), enquanto do outro é um território com mais de trinta milhões de pessoas passando fome. Essas informações compreenderem a mesma realidade são contraditórias, pois produz-se alimento suficiente para exportar para outros países, enquanto o povo do Brasil padece sob a fome.

Outro fator destacável é que, historicamente, tratou-se a fome como uma consequência social. A afirmação proferida sobre a temática é que em qualquer sociedade fundada, é natural que algumas pessoas consigam acesso a alimentação básica, enquanto outras não. Além disso, também usava-se a consequência geográfica, onde era afirmado que se no nordeste brasileiro – uma região com clima majoritariamente árido – há fome, é porque essa região não consegue produzir comida para os seus, devido à sua localização. Ao mesmo tempo em que essas informações eram tidas como normativas, a agricultura no território brasileiro só crescia – até porque, juntamente com a exportação, essa atividade foi uma das primeiras desenvolvidas no território. Sendo assim, pode-se afirmar que o Brasil produz, sim, alimento suficiente, só não é usado para alimentar seu povo.

Trazendo a situação para a realidade presente, pode-se destacar o impacto que a pandemia da COVID-19, que teve seu ápice entre 2020 e 2021, teve na fome dos brasileiros. Para isso, é necessário fazer uma retrospectiva e comparar com a temática abordada. Retrocedendo ao início de 2020, relembra-se a mudança brusca causada pela situação pandêmica num cenário mundial, afetando o cotidiano de toda a população, falindo negócios inteiros e colocando diversos países em situação de crise sanitária e financeira. Cerca de dois anos depois, no segundo semestre de 2022, pode-se afirmar que a realidade voltou a ser muito próxima do que era anteriormente. Sendo assim, se nesse curto período foi possível avançar

de um ponto de devastação extrema para outro ponto em que tudo foi erradicado e a vida segue seu curso normal, como é possível tratar a fome como endemia e deixá-la assolar a vida de milhões de pessoas em todo o planeta? Deve-se levar em conta que o coronavírus SARS-CoV-2 nasceu em 2019, enquanto a problemática da fome é tão antiga quanto a vida, basta refletir que o primeiro organismo heterótrofo da Terra passou fome em algum momento. Ou seja, ao mesmo tempo que essa problemática é tão antiga e avassala tantas vidas, não é possível enxergar um momento em que essa deixará de existir. O mesmo esforço bilionário aplicado à pandemia, que movimentou governos e empresas, deveria estar ocorrendo para esse problema tão antigo quanto o homem.

Retomando os pontos e introduzindo a temática da pesquisa, pode-se considerar a fome como um problema estrutural e endêmico na história brasileira. Sendo assim, se uma criança está em situação de insegurança alimentar não é culpa diretamente dela ou dos pais dela, que não obtiveram êxito no esforço de conseguir comida para o seu lar, mas sim porque a fome está estruturalizada no ambiente em que ela vive; porque os ancestrais dela passaram fome e é provável que seus sucessores também passarão. Entretanto, apesar da dura realidade supracitada, é graças à merenda escolar que essa criança não ficará o dia inteiro sem se alimentar. Essa merenda, para milhões de crianças, é a principal refeição do dia, quiçá a única. Portanto, é necessário refletir acerca da importância da merenda escolar numa realidade onde a fome ocorre há tanto tempo e não tem previsão nenhuma de mudar.

2 LINHA DO TEMPO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

A alimentação escolar é considerada a mais antiga política pública de alimentação e nutrição ainda vigente no Brasil. Foi institucionalizada enquanto programa público no ano de 1955 e é uma ferramenta fundamental para o combate à fome, a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas e o alcance da segurança alimentar e nutricional.

Os objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apontam na direção da promoção da saúde dos estudantes a partir da contribuição para o seu crescimento, aprendizagem e formação de hábitos alimentares saudáveis, além da promoção do desenvolvimento rural, pela determinação da aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente e preferencialmente da agricultura familiar, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Esses elementos são fundamentais para evidenciar a importante contribuição da política pública em termos de articulação entre a educação, a saúde e a agricultura.

2.1 Década de 1930

Primeiras discussões sobre a alimentação de crianças e escolares são propostas por nomes da nutrição, como Dante Costa e Josué de Castro, nos anos de 1930. Josué em seu livro “Alimentação e raça”, de 1936, já pontuava a escola como um local privilegiado para a promoção da educação alimentar dos jovens e destacava sua influência positiva sobre os hábitos alimentares das famílias.

2.2 Entre os anos de 1955 a 1956

Ocorreu a institucionalização da alimentação escolar com a promulgação do decreto nº 37.106/1955 que criou a Campanha da Merenda Escolar (CME), vinculada ao Ministério da Educação.

2.3 Entre os anos de 1956 e 1964

Esses anos marcaram um longo período no qual o Brasil recebeu doações ou comprou gêneros alimentícios de organizações internacionais, tais como do Fundo Internacional de Socorro à Infância, da Organização das Nações Unidas (FISI/ONU), através do programa “Alimentos Para a Paz” e do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA/ONU).

O fornecimento de gêneros alimentícios por essas organizações criou um vínculo de dependência do Brasil com as agências internacionais. Assim, a existência do programa esteve em permanente risco, a exemplo de quando o FISI diminuiu progressivamente o fornecimento de leite em pó, alegando escassez da mercadoria, por volta de 1960.

Em março de 1961, quando o Brasil passou a receber gêneros do programa “Alimentos Para a Paz”, Josué de Castro passou a publicizar críticas a essa relação com os organismos internacionais, apresentando a iniciativa como uma barganha política dos Estados Unidos e alegando que o governo americano escoava seus excedentes agrícolas às custas da fome dos povos do mundo.

2.4 Ano de 1965

Com o decreto nº 56.886/1965, o programa passou a ser designado Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). A partir de então, passou a ofertar uma refeição completa, com legumes e alimentos ricos em proteínas, fornecidos pelos estados e comunidades locais. Ademais, houve ampliação do atendimento para estudantes de supletivos, do ensino secundário e para parte dos pré-escolares.

2.5 Ano de 1988

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, a alimentação escolar passa a ser um direito assegurado a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública. A promulgação da CF promoveu dois elementos fundamentais que influenciaram a estrutura do PNAE nos anos subsequentes: a descentralização e a participação social na gestão do programa.

2.6 Ano de 1994

A partir da lei nº 8.913/1994, consolidou-se o processo de descentralização do PNAE, iniciado em 1992, o que permitiu a todos os municípios do país desenvolver uma estrutura operacional e administrativa para gerenciar o programa nas localidades.

A mesma lei determinou a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). A elaboração dos cardápios passou a ser de responsabilidade dos estados e municípios, por meio de nutricionistas, em acordo com o CAE, levando em consideração os hábitos alimentares e a vocação agrícola das localidades.

2.7 Ano de 2009

Ocorreram importantes alterações na legislação do PNAE que efetivamente orientaram a alimentação escolar à compra de produtos da agricultura familiar. A lei nº 11.947/2009 determinou que no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos repassados pelo FNDE para as entidades do programa devem ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Essa legislação permitiu a dispensa de processo licitatório. Assim, a compra dos gêneros alimentícios oriundos de estabelecimentos familiares passou a ocorrer por chamada pública. Essa ferramenta permitiu a compra exclusiva de produtos da agricultura familiar e estabeleceu critérios diferentes daqueles de menor preço.

2.8 Ano de 2020 e a pandemia da COVID-19

- I. 11 de março de 2020: A Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia da doença COVID-19. O país entrou em situação de emergência sanitária e medidas de distanciamento social foram implantadas, o que acarretou a suspensão das aulas na rede pública de ensino. Desta maneira, a distribuição das refeições aos estudantes em ambiente escolar deixou de ocorrer;
- II. 07 de abril de 2020: A Lei nº 13.987/2020 autoriza a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, durante o período de suspensão das aulas. Em seguida, a resolução nº 02, de 09 de abril de 2020, dispôs sobre a execução do PNAE para o período.

O respaldo legal para a continuidade da execução do PNAE foi fundamental. No entanto, não ocorreu transferência de recurso federal suplementar e tão pouco foi oferecido apoio logístico aos estados e municípios para execução do programa em situação excepcional. A qualidade e quantidade dos alimentos oferecidos por via de kits; As compras da agricultura familiar, que foram suspensas em grande parte dos municípios brasileiros;
- III. 24 de abril de 2020: A Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) passou a realizar a entrega de 185 mil cestas básicas de alimentação escolar, contendo 24 quilos de alimentos cada, para estudantes de todo o Rio Grande do Sul. Totalizando um investimento de cerca de R\$ 22 milhões;
- IV. 04 de junho de 2020: Governo do Rio de Janeiro abre escolas para fornecer merenda aos estudantes durante a pandemia;
- V. Julho de 2020:- A prefeitura de São Paulo anunciou distribuição de vale alimentação para todos os alunos da rede municipal, que somam cerca de 960 mil estudantes. Anteriormente, apenas as famílias de 600 mil alunos recebiam o benefício por estarem inscritas no Cadastro Único;
- VI. 16 de novembro de 2021: A partir da resolução nº 21, o limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar passou de R\$ 20.000,00 para R\$ 40.000,00 por ano. O último reajuste havia ocorrido em 2012, tendo passado de R\$ 9.000,00 – que vigorou desde 2009 – para R\$ 20.000,00;

VII. Ano de 2022: Alunos de escolas públicas poderão ter direito de se alimentar pelo menos duas vezes ao dia com a quantidade ideal de nutrientes para a idade. Isso é o que prevê o Projeto de Lei (PL) 1.901/2022, apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE).

3 ENTREVISTAS

Ao realizar pesquisas em *websites* ou em fontes bibliográficas sobre a merenda escolar, especialmente nos âmbito locais, a densidade de informações não permite com que seja possível trazer afirmações claras e objetivas acerca da temática. Para tanto, foi-se decidido ir à campo e realizar pessoalmente entrevistas com autoridades responsáveis por diversos fatores sobre a merenda escolar nas três esferas: municipal, estadual e federal.

3.1 Âmbito Municipal

As nutricionistas Anne Caroline Gelmini Cauduro e Fabiana Bernardi foram entrevistadas no dia 28 de agosto de 2023 e puderam trazer dados objetivos sobre o funcionamento do sistema de merenda escolar na cidade de Farroupilha/RS, destacando como a qualidade do lanche ofertado afeta o desenvolvimento intelectual e a participação dos alunos em sala de aula.

1) Qual a importância da disponibilização de lanches nas escolas?

Atualmente, eu vejo uma necessidade grande que as crianças, principalmente pós-pandemia, vêm com uma necessidade de comer na escola. A gente percebe que na segunda-feira, ou depois das férias, as crianças chegam com muita fome, ocorrendo muitos relatos desse tipo de dificuldade. (Fabiana)

É, na verdade nós acabamos por não fornecer somente o lanche, na verdade é uma refeição, que muitas vezes são pratos salgados, como arroz e feijão e polenta. Às vezes, como a Fabi falou, é a única refeição que essas crianças fazem. (Anne)

Isso que a Anne colocou é bem importante. Além disso, vale ressaltar que seguimos o cardápio com base em uma legislação. Ele necessariamente possui alimentação saudável em três dias da semana, como arroz e feijão e polenta e carne, enquanto em só alguns dias vai ter o leite, vai aparecer a torta de bolacha, por exemplo, mas a base do cardápio são refeições

salgadas e completas, além de frutas e verduras, pois a legislação também exige isso no cardápio. (Fabiana)

2) Qual o parâmetro utilizado para montagem de cardápio escolar?

O Pnae é regido por uma legislação federal, onde tem esses parâmetros da legislação, então são três refeições salgadas ou, no mínimo, sempre com três porções de frutas e verduras. Isso a gente fala de um cardápio que seja de uma refeição, sabe, fundamental. Depois, temos as etapas de creche, os colégios integrais (como os contraturnos - centros de atividade integral), que são complementos das escolas. Ali, então, são servidas três refeições. Então, depende muito da modalidade, né. (Anne)

3) Como a alimentação precária ou falta de alimentação pode afetar os estudos?

A gente percebe que muitas crianças chegam com dor de cabeça, dor de estômago. Hoje em dia, na verdade, muitas escolas oferecem mais que a refeição principal, oferecendo café da manhã + refeição (que seria praticamente o almoço deles). Muitas vezes tem muitas crianças que passam pelo refeitório inicialmente por causa dessa questão de dor de cabeça, dor de estômago. A gente vê menos hoje, mas ainda acontece. Afinal para o bom rendimento escolar é preciso estar bem alimentado. (Fabiana)

Como a gente falou antes, como tem algumas crianças que a primeira refeição do dia é na escola, então, acho que isso interfere muito, né, assim, não dá pra ver uma criança estudando sem ter se alimentado, né, acho que isso é bem importante pro rendimento, pra questão nutricional, né. (Anne)

4) Depois de quanto tempo sem se alimentar a aprendizagem começa a ser prejudicada?

Depende de cada realidade de cada criança. (Anne)

A gente sabe que há uma importância de diariamente elas terem o contato com a alimentação e com os nutrientes. Por isso essa legislação, essa questão que o programa abrange carne, energia (arroz, polenta, frutas, verduras). (Fabiana)

A gente acredita que as crianças do nosso município não passam FOME, assim, elas não ficam dias sem se alimentar. Talvez elas não tenham os nutrientes necessários, como a proteína, que às vezes fica mais deficitária pela questão econômica, algumas outras questões de nutrientes, mas acho que sem se alimentar não é a nossa realidade, de ficar sem comer,

sem nada, nenhum alimento - por exemplo no final de semana, que sabemos que há realidade de outros municípios que são assim. (Anne)

Talvez existam outros programas nessas cidades que ajudem eles. O que a gente percebe, hoje, é que a realidade das crianças que já estão na escola, às vezes pela mãe sair cedo, então não é que a mãe não deixe comida pra criança, mas às vezes é um sanduíche, pois precisa ser rápido e prático, então comida mesmo vai ser na escola, isso acontece bastante em alguns relatos que recebemos das crianças. (Fabiana)

São alimentos menos nutritivos, mas que existem. (Anne)

5) O que acontece em nosso organismo quando estudamos?

Então, quando tu estuda, tu tem um gasto metabólico e tu tem um gasto de energia, então tu precisa repor essa energia. Por isso que a orientação, muitas vezes, quando tu estuda muitas horas é de parar, descansar, —que é o que acontece na escola— de repor essa energia gasta. Não é porque tu estás parado que tu não estás gastando. (Fabiana)

Sim, tem um gasto bem grande, é um gasto metabólico como qualquer outra atividade que tu faça. E mesmo dormindo tu tem um gasto né. Então, claro que tudo vai depender muito da atividade que tu tá fazendo, é muito individual, mas acontece um gasto e por isso tem que repor as energias mesmo. E é por isso que a gente fala da importância de todas as refeições: do café da manhã pra quem vai pra escola, porque às vezes a criança chega e ela veio do dia anterior sem se alimentar. Então aí sim, como a Fabi falou, tu vai ter dores de cabeça, dores de estômago, porque tu tá tendo um gasto de energia e tu não tem essa energia no teu corpo porque tu não se alimentou. (Anne)

6) Há algum programa de investimento para alimentação escolar aos alunos atualmente?

O Programa Nacional de Alimentação Escolar que é um recurso federal que veio pro município, além da contrapartida, que é um recurso próprio da prefeitura investido na alimentação escolar. (Fabiana)

Sim. Tem que haver esse complemento pra gente conseguir cumprir com o programa, com a legislação, porque hoje a gente recebe 53 centavos pra cada aluno por refeições, o que é um pouco difícil de manter um cardápio com carne, legumes, verduras e frutas. (Anne)

É a contrapartida da prefeitura que complementa boa parte dessa alimentação atualmente.

7) E como o programa funciona?

São 10 parcelas que estão programadas conforme o censo escolar, então é enviado um dinheiro para cada aluno em 10 parcelas ao longo do ano. A gente recebe mensalmente. (Fabiana)

De acordo com cada etapa tem um valor que é multiplicado em 200 dias letivos e dividido nessas 10 parcelas que a Fabi colocou. Então esses 53 centavos, por exemplo, que é do fundamental, multiplicado pelo número de crianças que é indicado pelo censo. aí a gente recebe esse valor e o município dá a contrapartida que foi falado que é um recurso municipal dado pra gente conseguir cumprir com a legislação e também para suprir as necessidades que são precisas. (Anne)

8) E como funciona a parte municipal da contrapartida?

E uma programação realizada de um ano pra outro em cima dos nossos gastos deste ano, — a gente já programou os gastos pro ano que vem — aí a gente vai utilizando esse dinheiro que já está programado pra isso. (Fabiana)

9) O governo trata com rigorosidade esse aspecto?

Sim. (Anne e Fabiana)

A gente tem documentações que comprovam todo o envio de alimentação pras escolas, o recebimento, o cardápio, a preparação e a distribuição da alimentação. E a gente também tem o conselho de alimentação escolar, que é um conselho que vai de certa forma fiscalizar o trabalho do PNAE. (Fabiana)

Então a gente tem uma legislação complementar, que é de agricultura familiar, que a gente é obrigado a comprar 30% desse valor do recurso federal em alimentos da agricultura familiar. Então, a partir disso e também de ofertar essa alimentação por 200 dias letivos para garantir o recurso. Além de outras questões, como o conselho que a Fabi colocou, então tem várias regras do programa que tem que ser cumpridas pra gente receber esse recurso. (Anne)

Os 200 dias, o conselho, a questão da agricultura familiar, do cardápio, do percentual gasto para a produção, eles observam a gente. Há uma prestação de contas todo ano. (Fabiana)

Todo final de ano é feita essa prestação de contas e dentro de todos esses aspectos têm que estar tudo 100% a rigor tanto em fiscalizar como também ter a contrapartida de receber rigorosamente todos os meses o mesmo valor. Então a gente recebe de acordo com os deveres que a gente tem. (Anne)

3.2 Âmbito Estadual

Para explicar o funcionamento da merenda escolar no estado do Rio Grande do Sul, o professor e diretor do Colégio Estadual Farroupilha, Vandr  Fardin, foi entrevistado no dia 24 de agosto de 2023.

1) Há algum programa de investimento para alimenta o escolar aos alunos atualmente?

Tem o de duas refei es na escola, que   o programa que a gente está aqui, que   do Estado. Então, ele coloca na conta do CPM aqui da escola, que a gente faz a gestão. Quem faz a gestão   a dire o, mas sob delibera o do Conselho Escolar. A  se decide a compra dos produtos e tal. Na verdade, a compra dos produtos vem por um cardápio já estabelecido pelas nutricionistas da SEDUC, que   a Secretaria de Educa o do Estado do Rio Grande do Sul. A gente junta tudo o que precisa ser comprado e faz uma licita o na modalidade carta/convite. Mandamos para os mercados e eles botam o preço que eles poderiam vender para nós e a gente compra mais barato. Fica em torno de uns 25 mil por m s que a gente tem a disposi o pelo programa na escola, e tem também esse duas refei es que   do estado que acaba complementando o valor. O programa do Estado inclui uma refei o completa, um almoço para estudantes da manhã/tarde ou um jantar para estudantes da noite, e a outra   um lanche. Essas refei es são inteiramente gratuitas para os estudantes do turno correspondente. Qualquer aluno da manhã pode ficar para o almoço, qualquer aluno da tarde pode chegar mais cedo para o almoço, qualquer aluno da noite pode jantar na escola.

2) O estado trata com rigorosidade esse aspecto?

Sim.

3) Existe algum acompanhamento regular de como está sendo usada essa verba?

Sim. A quarta coordenadoria faz toda uma auditoria no processo. Então eu comprei, eles fazem toda a auditoria, e tem também a questão da fiscaliza o do cardápio. Que aí tem os nutricionistas da SEDUC que seguidamente fazem alguma inspe o, uma visita para verificar se está nas condi es, se a cozinha está nas condi es de saúde, dentro do que Anvisa determina como sendo o ideal, desde as paredes até a manipula o do alimento, como   que está sendo feito pelas merendeiras. Então tem toda uma fiscaliza o para isso também.

4) Qual é o processo de compra e definição da quantidade de alimentos necessária para atender aos alunos?

As nutricionistas têm o cardápio padrão, a partir dali tu compra tudo que precisa, tu faz os cálculos que precisa e tu compra a partir daquele cardápio que está sendo determinado pela SEDUC, pelas nutricionistas da SEDUC.

Quadro 1 - Alunos atendidos pela merenda escolar no C.E. Farroupilha

TURNO	QT. DE ALUNOS	QT. DE LANCHES CONSUMIDOS	QT. DE OUTRAS REFEIÇÕES
Manhã	Cerca de 400	Cerca de 212	Almoço – cerca de 125
Tarde	Cerca de 600	Cerca de 80	Almoço – cerca de 125
Noite	Cerca de 100	Cerca de 40	Janta – cerca de 77

Fonte: Vandr  Fardin (2023, entrevistado pelos autores)

3.3  mbito Federal

Por fim, para trazer um exemplo do funcionamento no âmbito federal, o Diretor Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul *campus* Farroupilha, Rafael Ferret, foi entrevistado no dia 29 de agosto de 2023.

1) Há algum programa de investimento para alimenta o escolar aos alunos atualmente?

Sim, a normativa do FDE (Fundaa o para Desenvolvimento da Educa o) regula desde o cardápio, determina o dos alimentos e incentivo   alimenta o em cada etapa estudantil. Essa diretriz   abastecida prioritariamente pelo Programa de Alimenta o Escolar, que tem um repasse de recursos pelo FDE, que representa pequena parte do valor utilizado para a alimenta o dos alunos, o restante   complementado pelo campus Farroupilha, que adquire cerca de 90% dos produtos da agricultura familiar.

O cardápio ofertado é determinado pelas nutricionistas do IFRS a partir de uma diretriz de custo e com base no que a CAAF (Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares) tem disponível de acordo com a produção de seus associados.

2) O governo trata com rigorosidade esse aspecto?

Quem responde por isso são as nutricionistas, que criam o cardápio e tem o ônus de fiscalizar. Atualmente os 18 *campi* do IFRS contam com duas nutricionistas. A gente (*campus* Farroupilha) trabalha com o fornecimento de lanches, não é cozinha, então a gente se isenta de muitas obrigações legais.

3) Qual a verba por aluno cedida pelo governo?

R\$ 1,40 por dia.

4 CONSEQUÊNCIAS E IMPACTOS SOCIAIS DA MERENDA ESCOLAR PRECARIZADA

Há mais de 5 anos, a verba para a merenda escolar não recebe um reajuste, valor que atualmente custa apenas R\$0,36 por aluno no ensino fundamental.

Ao analisar que “a alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes”, o que atualmente é oferecido aos estudantes (em questão monetária) mostra-se insuficiente para sustentar o aluno todos os dias.

“Existem escolas em que a situação é ainda mais complicada, pois falta gás de cozinha para produzir a merenda. Causando assim até mesmo a perda do pouco alimento que as escolas recebem.”.

A segurança alimentar, segundo a Food and Agriculture Organization (FAO) existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida saudável e ativa.

“Em junho de 2022, estimava-se que cerca de 33 milhões de pessoas estavam em estado de insegurança alimentar, ou seja, não possuíam acesso regular e permanente a uma alimentação de qualidade. Com isso, muitas crianças e adolescentes encontram na escola um lugar seguro para se alimentarem.” Assim, não obtendo essa segurança por parte da instituição, as crianças que dela dependem acabam por correr riscos de desnutrição.”.

A partir disso, as crianças podem desenvolver doenças como anemia – que é definido pela OMS como “condição na qual o conteúdo de hemoglobina no sangue está abaixo do normal como resultado da carência de um ou mais nutrientes essenciais”, podendo causar fadiga e fraqueza, irritabilidade, dor de cabeça, desmaios e falta de ar e hipovitaminoses, podendo variar seus impactos dependendo da vitamina em questão (descamação ou ressecamento da pele, falta de energia, perda de massa muscular, etc.).

Observando no âmbito social, a falta de alimento na escola para as crianças que não possuem segurança alimentar pode acarretar em uma evasão escolar dos alunos mais velhos, uma vez que elas terão de escolher entre trabalhar para ajudar na alimentação ou estudar. E, ao deparar-se com uma questão assim, a sobrevivência e a fome sempre falam mais alto.

Ao analisar, agora em perspectiva psicológica, o momento de “merendar” tem um significado muito maior do que apenas uma pausa para recarga de energias.

5 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Conforme visto, o relacionamento das crianças com o alimento impacta diretamente na sua alimentação. A merenda escolar é, muitas vezes, a forma que as crianças encontram de alfabetizar seu paladar para comer coisas mais saudáveis, às vezes até experimentando diferentes comidas pela primeira vez. Quando a criança opta sempre pelo mesmo fast food, pela mesma comida pré-pronta e industrializada, a parte nutritiva do alimento acaba ficando para trás. A escola precisa ser uma base para a educação alimentar do aluno, ensiná-lo o que é saudável e o que não é, introduzindo-o para um mundo onde os alimentos tem várias cores (o “prato colorido”) e não apenas o amarelo da fritura.

Vale ressaltar que a educação alimentar e nutricional é uma das matérias da grade curricular do curso de nutrição e recentemente foi incluída na grade curricular dos ensinos fundamental e médio, previsto por lei, com a intenção de diminuir a obesidade infantil e do adolescente. A obesidade é um fator de risco para o desenvolvimento de uma série de doenças, entre elas diabetes, hipertensão, apneia do sono, infarto, arritmias, AVC, câncer, depressão, entre outros – além de promover um estilo de vida sedentário. Os órgãos mais afetados pela obesidade são cérebro, coração, fígado, pâncreas e rins.

É notável que as escolas possuem um papel fundamental na prevenção da obesidade, já que é nela que os alunos realizam parte considerável de suas alimentações diárias. Durante

a pandemia, com o fechamento das escolas, houve um aumento grave nos índices de obesidade, decorrente do confinamento.

A Comissão Externa de Políticas para a Primeira Infância da Câmara dos Deputados realizou, em julho de 2021, uma audiência pública sobre “Prevenção de obesidade infantil e enfrentamento da Covid-19”. Os debatedores levaram em consideração a situação de confinamento nos menores de 18 anos, com tempo maior de uso de telas e aumento no consumo de alimentos ultraprocessados.

A situação de insegurança alimentar foi agravada para as famílias mais pobres, que sofreram maior impacto da alta dos preços dos alimentos e com a perda da renda. Portanto, em um contexto onde as crianças puderam voltar a frequentar as instituições de ensino, é de suma importância que o cardápio conte com opções saudáveis de refeições e que tenham certa variedade de alimentos e substituições, levando em conta a seletividade alimentar de uma parte das crianças que muitas vezes têm um contato maior com os alimentos embutidos e industrializados em decorrência do preço mais acessível destes em meio a um país com uma distribuição monetária falida.

Não só isso, mas a disciplina de educação alimentar e nutricional obrigatoriamente integrada às matérias de ciências e biologia atualmente, tem a função de ensinar os discentes quanto aos riscos, e demais fatores relacionados com a alimentação, garantindo autonomia e poder de escolha destes, já que apenas conhecendo o que estão consumindo podem de fato ter a liberdade de optar pela melhor opção.

6 POSSÍVEIS SOLUÇÕES FUTURAS PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

- 1) Instruções de nutricionistas personalizadas a cada realidade escolar incluídas no orçamento disponibilizado para as refeições nas escolas, garantindo um planejamento na disposição dos alimentos;
- 2) Estabelecendo cada vez mais parcerias com a agricultura familiar, seguindo práticas sustentáveis, alimentos orgânicos e apoiando os pequenos agricultores;
- 3) Redução de alimentos multiprocessados no cardápio escolar, inclusão de uma variedade de frutas, vegetais e grãos;
- 4) Implementação de hortas comunitárias no espaço escolar, projeto para instruir e incentivar os alunos na participação do plantio, contando com seu apoio voluntário para cuidado e colheita dos alimentos. A horta pode contar com plantio de saladas, temperos e vegetais de fácil manutenção;

- 5) Participação efetiva do Ministério da Educação e do Conselho Nacional da Educação na fiscalização em instituições e de acordo com as necessidades revisão de verbas para respectivas intervenções;
- 6) Orientação para os pequenos produtores estarem aptos a processos de licitação e não depender de empresas para isso. Exemplo: CAAF
 - a) A CAAF – Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares é uma associação que faz “meio campo” entre os agricultores e as escolas e promove a interação através da alimentação. Onde seu trabalho é referente a toda parte burocrática de licitações, documentos, alvarás, etc, facilitando assim a vida do agricultor, entretanto, recolhendo boa parte do valor para a cooperativa e muitas vezes não oferecendo alimentos de regiões locais e monopolizando a alimentação nas escolas.

7 CONCLUSÃO

Após uma análise aprofundada das informações e conclusões apresentadas neste estudo, torna-se incontestável a relevância da alimentação escolar no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Não se trata apenas de uma questão nutricional, mas de um componente essencial para o desempenho acadêmico e o bem-estar geral desses jovens. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) emerge como uma iniciativa de destaque no contexto brasileiro, uma vez que, além de combater a insegurança alimentar, busca promover a educação alimentar e contribuir para a equidade de oportunidades na educação.

As evidências fornecidas sublinham que a alimentação escolar não deve ser encarada meramente como um aporte calórico, mas sim como uma ferramenta que impulsiona a saúde, o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem das crianças. Além disso, é fundamental enfatizar que a efetivação bem-sucedida do PNAE demanda não apenas financiamento adequado, mas também vigilância constante e aprimoramento das políticas públicas relacionadas à alimentação nas escolas.

Nesse sentido, é necessário que gestores públicos, educadores e profissionais da saúde compreendam a importância intrínseca desse tema e colaborem de forma eficiente para assegurar que a alimentação escolar seja de alta qualidade, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes brasileiros. Por meio de esforços persistentes e investimentos direcionados, podemos garantir um futuro mais

saudável e promissor para as futuras gerações, em que a educação e a alimentação se entrelacem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

INAMURA, C. Nexo Jornal. Disponível em:

<<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-no-Brasil>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

LABRONICI BERTIN, R. et al. Estado nutricional e consumo alimentar de adolescentes da rede pública de ensino da cidade de São Mateus do Sul, Paraná, Brasil The nutritional status and dietary intake of adolescents in public schools in the city of São Mateus do Sul, in the State of Paraná, Brazil. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant, v. 8, n. 4, p. 435–443, 2008. Acesso em: 18 ago. 2023.

Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>. Acesso em: 29 ago. de 2023.

Merenda escolar: o descaso com a alimentação infantil. Disponível em:

<<https://ubes.org.br/2023/merenda-escolar-o-descaso-com-a-alimentacao-infantil/>>. Acesso em: 29 ago. de 2023.

PHARMA, H. O que é hipovitaminose? Como diagnosticar? Como tratar? Disponível em:

<<https://www.benegrip.com.br/saude/vitaminas/o-que-e-a-hipovitaminose-e-quais-os-perigos-da-falta-de-vitaminas>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Sintomas de anemia: como saber se a pessoa está com a doença? Disponível em:

<<https://hilab.com.br/blog/sintomas-de-anemia/>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ALVES, B. / O. / O.-M. Anemia | Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em:

<<https://bvsmms.saude.gov.br/anemia>>. Acesso em: 29 ago. de 2023.

LABRONICI BERTIN, R. et al. Estado nutricional e consumo alimentar de adolescentes da rede pública de ensino da cidade de São Mateus do Sul, Paraná, Brasil The nutritional status and dietary intake of adolescents in public schools in the city of São Mateus do Sul, in the State of Paraná, Brazil. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant, v. 8, n. 4, p. 435–443, 2008.

O que os gestores fazem para lidar com falta de merenda. Disponível em:

<<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1874/o-que-os-gestores-fazem-para-lidar-com-falta-de-merenda>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Merenda escolar - Ministério da Educação. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33209>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. Revista de Nutrição, v. 22, n. 5, p. 595–607, out. 2009. Acesso em: 29 ago. de 2023

CASTRO, Anna. Josué de Castro e a descoberta da fome. [S. l.], 22 set. 2021. Disponível em: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/josue-de-castro/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

Castro, Josué, 1908-1973. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Josué de Castro. — Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

LEME, Adriana. Geografia da Fome, de Josué de Castro (São Paulo: Todavia, 2022). [S. l.], 17 dez. 2022. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/845>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MENDONÇA, Heloísa. “Toda semana os produtos ficam mais caros e corto a lista”: viver com o pior salário mínimo em 15 anos. [S. l.], 13 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-13/toda-semana-os-produtos-ficam-mais-caros-e-corto-o-a-lista-viver-com-o-pior-salario-minimo-em-15-anos.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RIO de Janeiro abre escolas para oferecer merenda aos estudantes. [S. l.], 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/05/interna-brasil,861320/rio-de-janeiro-abre-escolas-para-oferecer-merenda-aos-estudantes.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASILIO, Ana. Na pandemia, direito à alimentação escolar vira caso de Justiça... Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/na-pandemia-direito-a-alimentacao-escolar-vira-caso-de-justica>. [S. l.], 2 out. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/na-pandemia-direito-a-alimentacao-escolar-vira-caso-de-justica>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SECRETARIA da Educação entregará 185 mil kits de alimentação para famílias de estudantes no RS. [S. l.], 23 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/04/secretaria-da-educacao-entregara-185-mil-kits-de-alimentacao-para-familias-de-estudantes-no-rs-ck9detkep00gc017nf9ydz48.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FERREIRA, Cláudio. Pandemia piorou alimentação de crianças e adolescentes, alertam debatedores. [S. l.], 5 jul. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/781669-pandemia-piorou-alimentacao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ALIMENTAÇÃO de crianças e adolescentes apresenta piora com a pandemia. [S. l.], 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/alimentacao-de-criancas-e-adolescentes-apresenta-piora-com-a-pandemia/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PRADO, Cláudio. Inflação e preço dos alimentos nesta pandemia, como sobreviver. [S. l.], 30 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.fundacao1de Maio.org.br/artigo/inflacao-e-preco-dos-alimentos-nesta-pandemia-como-sobreviver>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ALESSANDRA, Karla. Pesquisa aponta que 30% dos alunos da rede pública não receberam merenda escolar durante a pandemia. [S. l.], 25 out. 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/820583-pesquisa-aponta-que-30-dos-alunos-da-rede-publica-nao-receberam-merenda-escolar-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

WEBDE. Quem Somos - CAAF. Disponível em:

<<https://caaf.coop.br/pagina/quem-somos/1>>. Acesso em: 30 ago. 2023.